

a Jornada de
Iniciação
Científica
Anais 2014

FUNDAÇÃO



Casa de Rui Barbosa

MINISTÉRIO DA CULTURA

20 de agosto de 2014

www.casaruibarbosa.gov.br

Rua São Clemente, 134 – Botafogo



9ª Jornada de Iniciação Científica

Programação

Abertura

9h30min – Palavras do Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica

Mesa 1: Centro de Memória e Informação

Avaliador externo: Paulo Knauss de Mendonça (UFF e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro)

Moderadoras: Claudia Carvalho (FCRB) e Lucia Maria Velloso de Oliveira (FCRB)

9h40min – A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia de interiores: edição de *site*

Bolsista: Iara Amaral Alves (Composição de Interiores/ UFRJ)

Orientadora: Ana Pessoa dos Santos

9h50min – Edição textual do *site* “A casa senhorial”

Bolsista: Barbara Ribeiro Gonçalves Letras (Letras/UFRJ)

Orientadora: Ana Pessoa dos Santos

10h – A elaboração de um inventário da obra de Grandjean de Montigny: avanços e desafios.

Bolsista: Katherine Nunes de Azevedo (História/ UFRJ)

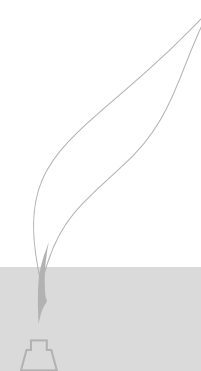
Orientadora: Ana Pessoa dos Santos

10h10min – Análise das condições climáticas dos locais de guarda de acervo da Fundação

Casa de Rui Barbosa

Bolsista: Rodrigo Porto Bozzetti (História/UFRJ)

Orientador: Edmar Gonçalves



9ª Jornada de Iniciação Científica

10h20min – Superfícies arquitetônicas: cor e textura

Bolsista: Vítor Kibaltchich Coelho (Arquitetura e Urbanismo / UFRJ)

Orientadora: Claudia Carvalho

10h30min – Arquivos pessoais & tipologia documental: primeiros passos para a representação e acesso

Bolsista: Daybes Antônio Pereira Paulo Gomes (Arquivologia/UFF)

Orientadora: Lucia Maria Velloso de Oliveira

10h40min – Oliveira Castro e Pontes Câmara: conclusões e perspectivas

Bolsista: Ana Carolina Monay dos Santos (História/ UERJ)

Orientadora: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Debate

Mesa 2: Políticas Culturais e Direito

Avaliador externo: Alan Rocha de Souza (UFRRJ)

Moderadora: Eliane Vasconcellos (FCRB)

11h – Arena intelectual: o Conselho Federal de Cultura como espaço de disputa de idéias

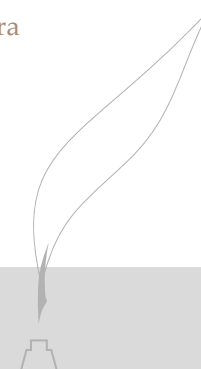
Bolsista: Gabriela Monteiro da Costa (História/UFF)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

11h10min – A estruturação dos conselhos de cultura federais como elemento revelador de avanços para as políticas culturais contemporâneas: uma análise comparativa do CFC e do CNPC

Bolsista: Bianca Kremer Nogueira Corrêa (História da Arte/ UFRJ)

Orientadora: Lia Calabre de Azevedo



9ª Jornada de Iniciação Científica

11h20min – O espírito da lei: perspectivas sobre a Lei Sarney
Bolsista: Renata Duarte (História/UERJ)
Orientadora: Lia Calabre de Azevedo

11h30min – Os superprecedentes e o Supremo Tribunal Federal: um ensaio sobre as possíveis mudanças na cultura judicial brasileira
Bolsista: Matheus Abreu Lopes de Andrade (Direito/UERJ)
Orientadora: Margarida Lacombe

Debate

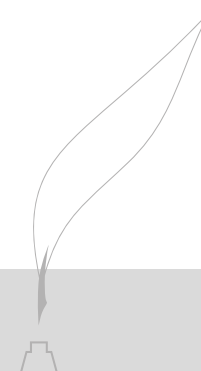
Mesa 3: Letras

Avaliador externo: Sofia de Sousa Silva (UFRJ)
Moderadora: Tânia Dias (FCRB)

14h – Metáforas de amor e guerra na ficção de Machado de Assis
Bolsista: Maira Moreira Moura (Letras/UFRJ)
Orientadora: Marta de Senna

14h10min – A quebra de expectativa em alguns contos de Machado de Assis
Bolsista: Laíza Stéfane Verçosa do Nascimento (Letras/UFRJ)
Orientadora: Marta de Senna

14h20min – Uma edição anotada: pesquisa e elaboração de notas
Bolsista: Larissa Santos de Lira (Letras/UFF)
Orientadora: Eliane Vasconcellos



9ª Jornada de Iniciação Científica

Debate

Mesa 4: História

Avaliador externo: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ)

Moderadora: Lia Calabre de Azevedo (FCRB)

14h30min – Jesuítas angolanos e a língua de Angola no Brasil

Bolsista: Jaqueline Cavalcante Correia (História/PUC/Rio)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

14h40min – O contexto atlântico da produção da *Arte da língua de Angola*, séculos XVI e XVII

Bolsista: Cristiane da Rosa Elias (História/UERJ)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

14h50min – Entre Mingote e Eloy: Artur Azevedo e os empresários teatrais

Bolsista: Natália Cristina Rezende da Silva (História/UERJ)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

15hmin – Artur Azevedo, o paladino da modernidade

Bolsista: Camilla Campoi de Sobral (História/UERJ)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

Debate

Encerramento

15h20min – Annanda Galvão Ferreira da Silva (doutoranda na Universidade de Granada e ex-bolsista do Setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa)



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Iara Amaral Alves

Curso/Instituição
Composição de Interiores,
Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ)

Orientador
Ana Pessoa dos Santos

Projeto
A casa senhorial entre Lisboa e
o Rio de Janeiro (séculos XVII,
XVIII e XIX). Anatomia de
interiores – Edição de *site*

Agência de financiamento
FCRB

Período
setembro 2013 a julho 2014

A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia de interiores: edição de *site*

Introdução

Edição da seção brasileira do *site* do projeto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia de interiores”, que implica na pesquisa, seleção, compilação, revisão e diagramação de imagens relacionadas às casas estudadas no projeto.

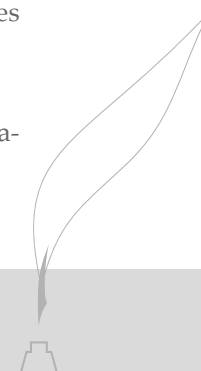
Objetivos

A proposta do projeto é estudar a casa senhorial nas cidades do Rio de Janeiro e Lisboa, e assim fazer uma análise da forma de morar da nobreza e da alta burguesia, o interior dessas edificações foram o foco principal: a função dos espaços e como são articulados, a decoração, os objetos e mobiliários, artistas e artesãos que nelas trabalharam.

Metodologia

Seleção de quais casas seriam inseridas no *site*, a partir de estudos realizados em etapas anteriores no projeto.

Levantamento com os pesquisadores brasileiros de quais parâmetros e cômodos deveriam ser destacados, tendo como base trabalhos e pesquisas realizadas anteriormente.



Elaboração de padrão estético para as fotos.

Renomeação das fotos e redução de seus tamanhos para o padrão aceitável pelo servidor.

Edição dos arquivos das plantas das casas estudadas de DWG para JPEG e edição de acordo com o padrão estabelecido para o *site*.

Inserção das imagens na ficha de sua respectiva casa, observando os seguintes parâmetros: programa interior, azulejaria, estuques, pintura decorativa, decoração diversa e equipamento móvel.

Conclusão

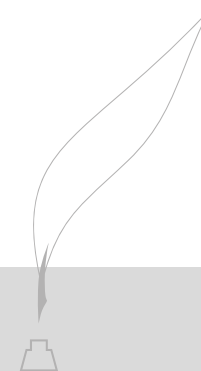
Podemos concluir que o método criado para a apresentação dos dados foi bem-sucedido e o objetivo alcançado: o *site* consegue apresentar seu conteúdo de forma clara, criando uma fonte de informação inovadora e muito acessível. Além disso este pode ser alimentado por qualquer pessoa envolvida com o projeto, sendo necessário apenas instruções básicas quanto ao método de formatação e inserção.

Este trabalho é de grande contribuição para historiadores, pesquisadores, arquitetos, museólogos e tantos outros interessados no estudo do modo de viver da burguesia luso-carioca no período estudado.

Referências bibliográficas

BASE ICONOGRAFIA/ Arquivo histórico e institucional/ FCRB.

BASE MUSEU/ Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB.



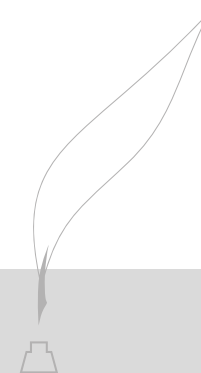
9ª Jornada de Iniciação Científica

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O palacete do caminho novo. Solar da Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: UEG, 1975.

MUSEU DA REPÚBLICA: *Guia do Visitante*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

MUSEU CASA DE RUI BARBOSA. São Paulo: Banco Safra, 2013.

MUSEU IMPERIAL. São Paulo: Banco Safra, 1992.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Edição textual do *site* “A casa senhorial”

Bolsista

Barbara Ribeiro Gonçalves

Curso/Instituição

Letras (Português/Literaturas), Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador

Ana Pessoa dos Santos

Projeto

A casa senhorial entre Lisboa e o Rio de Janeiro
(séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia de
interiores – Edição de *site*

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2013 a julho 2014

Introdução

O projeto binacional “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (nos séculos XVII, XVIII e XIX). Anatomia de interiores – Edição de *site*” foi fomentado sob as diretrizes da Fundação Casa de Rui Barbosa, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa (IHA/FCSH da UNL), e associação da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (ESAD/FRESS), elaborado no período de 2011 a 2014.

Objetivos

O projeto pauta-se no estudo das casas senhoriais, por meio da sua perspectiva valorativa, representativa, histórico-social e material. Nele reúnem-se os resultados levantados dos espaços interiores de dez casas brasileiras, vinte e cinco casas lisboetas, e a influência portuguesa existente nesses ambientes.

Como o projeto abrange textos informativos e descritivos, dados, fotografias, inventários e artigos de âmbito binacional, percebeu-se a necessidade da elaboração de um local em que se pudesse reunir, comparar e preservar as informações obtidas tanto pela pesquisa brasileira, quanto pela portuguesa.

Desta forma, o Centro de Memória e Informação (CMI) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) iniciou o trabalho pioneiro de sistematização das informações obtidas, através da criação de um *site* que



agregasse a organização do material pesquisado, a integração cultural entre os dois países, assim como fosse um suporte que servisse de apoio e utilização para consultas abertas à sociedade.

Metodologia

Para a elaboração de todo o conteúdo textual, anexado ao *site*, adotou-se uma metodologia uniforme, através da elaboração e preenchimento de fichas com os dados das casas, e com a construção de um manual de normas descritivas, a fim de padronizar linguisticamente e esteticamente todas as informações arquitetônicas dos interiores das casas senhoriais.

Deste modo, toda atividade de inserção de material/documentação, artigos e textos incorporados à plataforma, tal como, a formatação, transformação e elaboração dos dados levantados em formato de textos *online*, contribuem para a aparência, padronização, organização, compreensão informacional, sempre objetivando a facilitação de leitura dos conteúdos abordados.

Assim, as funções do bolsista atuam na produção, revisão ortográfica, descrição e divisão de todo o conteúdo textual, tal como a padronização e formatação estilística do *site*. Essas tarefas devem ser pensadas de forma a ser compreensível por todos os tipos de leitores, atentando para uma organização estética e hierárquica.

Diante disso, o trabalho de edição busca proporcionar a apreensão, entendimento, captação e inclusão das informações e dados apurados, veiculando-os da forma mais clara e plausível possível, dentro de uma fonte única e pioneira de pesquisa.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Referências bibliográficas

Bases de dados:

Base Iconografia/Arquivo histórico e Institucional/FCRB.

Base Museu/Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB.

Museu Casa de Rui Barbosa. São Paulo: Banco Safra, 2013.

CONSERVAÇÃO Preventiva/FCRB. Disponível em: <http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Katherine Nunes de Azevedo

Curso/Instituição
História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador
Ana Pessoa dos Santos

Projeto
Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850)

Agência de financiamento
CNPq

Período
agosto 2012 a julho 2014

A elaboração de um inventário da obra de Grandjean de Montigny: avanços e desafios

Essa comunicação tem como finalidade apresentar os resultados finais do projeto intitulado *Gosto neoclássico: Grandjean de Montigny e a arquitetura no Brasil (1816-1850)* desenvolvido pelo grupo de pesquisa Museu-casa: memória, espaço e representações. O projeto tem como objetivo criar um inventário, na forma de base de dados, dos desenhos do arquiteto de formação francesa Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny que chegou ao Brasil em 1816 como integrante da chamada “Missão Artística Francesa” e foi responsável pela criação do curso de arquitetura e formação de novos arquitetos que seguiram seus ensinamentos.

Por ter atuado na França, Itália, Westfália e Brasil, seus desenhos estão espalhados em distintas instituições nacionais e estrangeiras, sendo relevante, portanto, a sistematização da sua obra em uma plataforma digital documental, que reúna as imagens das plantas e informações sobre sua produção intelectual, com o propósito de possibilitar futuros estudos.

A partir disso, a primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento dos desenhos de Grandjean disponíveis nos arquivos e na internet. Com o apoio financeiro da FAPERJ, foram produzidos registros digitais de plantas e desenhos que se encontram no Museu D. João VI, Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu do Primeiro Reinado e no Museu Nacional de Belas Artes. Além disso,



reunimos também as imagens que estavam digitalizadas nos arquivos: Technische Universität Berlin – Architekturmuseum (Universidade Técnica de Berlim – Museu de Arquitetura)^[1], Museumslandschaft Hessen Kassel (Museu Hessen de Kassel)^[2], Palácio Nacional da Ajuda e École Supérieure National des Beaux-Arts (Escola Superior Nacional de Belas Artes)^[3].

Mesmo não sendo desenhos de autoria de Grandjean de Montigny, também reproduzimos algumas plantas que estão no acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que trazem informações sobre sua residência localizada na Gávea^[4] e a antiga Praça do Comércio^[5]. Apesar de não serem pranchas formuladas pelo arquiteto, elas são relevantes na medida em que trazem detalhes dos interiores de prédios idealizados por ele enquanto professor de arquitetura.

Nesse último ano de pesquisa, privilegiamos: o aperfeiçoamento dos campos da base de dados, que passou do formato Access para uma versão *on line*, com a sistematização de termos e nomenclaturas; análise das fontes de distintas tipologias que trouxessem informações sobre as plantas e a atuação de Grandjean de Montigny como arquiteto; revisão dos 325 itens da base de dados, para corrigir equívocos de datas. Além disso, foi possível inferir hipóteses sobre alguns desenhos que estão na condição de “sem localização” na base de dados.

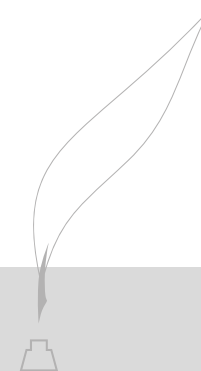
1 Tradução livre.

2 Idem.

3 Idem.

4 Atual Solar Grandjean de Montigny

5 Atual Casa França-Brasil.



Em relação aos desafios da pesquisa, é importante destacar as dificuldades que encontramos em formular esse inventário, tendo na maioria das vezes, a necessidade de adiar a pesquisa devido às burocracias e empecilhos impostos pelos arquivos públicos, dificultando, em alguns casos, o acesso aos documentos. Apesar das adversidades, conseguimos realizar um trabalho inédito, que trará avanços em análises futuras.

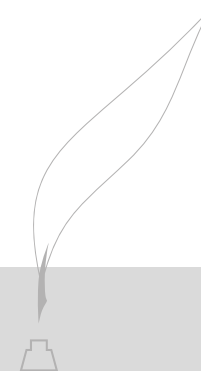
Referências bibliográficas

ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES. *Catálogos das exposições gerais das Bellas Artes, 1841-1843, 1845 e 1850 e prêmios outorgados*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1843. 25 p.

MONTIGNY, Grandjean; A. Famin. *Architectures toscane, ou palais, maisons et autres edifices de la Toscane, mesurés et dessinés*. Paris: Denovilliers, 1837. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5429296w.r=Grandjean+de+Montigny%2C+Auguste-Henri-Victor.langPT>. Acesso em: 20 jun. 2014.

TELLES, Angela. *Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2008.

FILHO, Adolfo Morales de Los Rios. *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*. Empresa A Noite [1946].



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Rodrigo Porto Bozzetti
Curso/Instituição
História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Orientador
Edmar Moraes Gonçalves
Projeto
Conservação Integrada: implantação de programa de pesquisa no campo da deterioração dos acervos documentais
Agência de financiamento
FCRB
Período
agosto 2012 a julho 2014

Análise das condições climáticas dos locais de guarda de acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa

Introdução

A fim de monitorar as condições climáticas das suas áreas de guarda de acervo bibliográfico e museológico, a Fundação Casa de Rui Barbosa conta com 21 aparelhos denominados *dataloggers* distribuídos por toda a Fundação. Tais aparelhos mensuram a umidade relativa e a temperatura ambiente.

Os *dataloggers* da Fundação foram instalados em duas fases. Os primeiros 14 entraram em operação em 7 de abril de 2011, em 11 cômodos diferentes em todos os edifícios da Fundação: Museu, edifício sede, garagem e LAMIC (Laboratório de Microfilmagem). Já os demais foram instalados em 26 de março de 2013 em diversas salas do museu.

No entanto, os únicos ambientes que possuem condições climáticas controladas totalmente por aparelhos, ou seja, isentos de influências do meio externo são os três locais de guarda localizados no edifício sede: Biblioteca, Arquivo e AMLB (Arquivo-Museu de Literatura Brasileira).

Objetivos

Este trabalho se propõe a analisar as condições de temperatura ambiente e umidade relativa dos locais de guarda do acervo bibliográfico da Fundação Casa de Rui Barbosa, para poder identificar quais locais



de guarda estão ou não de acordo com os valores de temperatura ambiente e umidade relativa recomendados pela literatura de conservação e preservação.

Metodologia

Através dos valores registrados pelos *dataloggers* entre 7 de abril de 2011 e 28 de junho de 2013 foram realizadas médias mensais a fim de compará-las com as médias destas variáveis recomendadas pelos principais autores e instituições da área de conservação e restauração. Os dados foram extraídos dos *dataloggers* e exportados para o software Microsoft Excel, onde são gerados gráficos e tabelas referentes a cada ambiente monitorado. Sendo assim, através destes dados é possível compará-los com os valores recomendados pela literatura para temperatura ambiente e umidade relativa. Para identificar quais são tais valores, foi realizada uma revisão de literatura tendo por base autores consagrados na área, onde se encontrou um intervalo entre 20° e 25°C para temperatura ambiente e entre 40 e 55% para umidade relativa.

Conclusão

Através da leitura periódica dos dados fornecidos pelos *dataloggers*, foi possível concluir que, dada a importância do controle ambiental para evitar a proliferação de microrganismos e a consequente deterioração de acervos, o sistema de controle climático da Fundação tem se mostrado eficiente de maneira a garantir níveis de parâmetros meteorológicos estáveis e adequados à literatura de conservação preven-



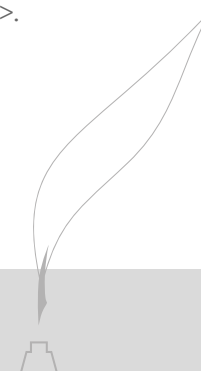
tiva, garantindo, nos três ambientes de guarda de acervo do edifício sede uma ausência de deterioração do acervo por fatores de ordem biológica como fungos e diversos tipos de microorganismos. Já nos ambientes do museu da Fundação, bem como no LAMIC e na garagem, embora as condições climáticas nem sempre estejam dentro dos padrões desejáveis, essas variáveis se mantêm estáveis, dificultando desta forma o surgimento e a atuação de agentes biodeteriorantes.

Referências Bibliográficas

CALLOL, Milagros Vaillant; CARBÓ, María Teresa Doménech; RODRIGO, Nieves Valentín. *Uma mirada hacia la conservación preventiva del patrimonio cultural*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2003.

CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. *O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, 1998. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_OEspaco_como_elemento_representacao_dosacervos_com_suporte_em_papel.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2013.

MAEKAWA, Shin; BELTRAN, Vincent. Collections care, human comfort, and Climate control: a case study at the Casa de Rui Babosa Museum. *Conservation, The GCI Newsletter*, v.22, n.1, 2007. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/22_1/news_in_cons1.html>. Acesso em: 13 fev. 2012.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Superfícies arquitetônicas: cor e textura

Bolsista

Vitor Kibaltchich Coelho

Curso/Instituição

Arquitetura e Urbanismo, Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador

Claudia Carvalho

Projeto

Plano de conservação preventiva do Museu
Casa de Rui Barbosa: conservação das
superfícies arquitetônicas do Museu Casa de
Rui Barbosa – cor e textura

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2013 a julho 2014

A pesquisa intitulada Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: Conservação das Superfícies Arquitetônicas do Museu Casa de Rui Barbosa foi iniciada em agosto de 2010, tendo como principal objetivo definir parâmetros para a conservação das superfícies arquitetônicas, alinhando a correta definição de princípios e diretrizes ao aumento da qualidade da execução, como também ao controle de contratos e de gestão de obras deste tipo.

No seu desenvolvimento foram realizadas pesquisas arquivística e bibliográfica, o registro das intervenções anteriores, o estudo da envolvente do edifício, a análise tipológica, inspeções visuais e análise estratigráfica de alguns trechos da fachada, bem como mapeamento de danos e diagnóstico de conservação.

Foi realizada também uma primeira etapa experimental utilizando uma variação de argamassas de emboço e reboco, diversos tipos de acabamento e texturas, bem como diversas pinturas, com a intenção de conhecer melhor o comportamento dos revestimentos exteriores a base em cal, verificar a sua eficácia, e estabelecer especificações para as argamassas de substituição que serão empregadas para a conservação das superfícies do conjunto arquitetônico tombado.

No decorrer do trabalho foi verificada a necessidade de aprofundar conhecimento relacionado a cores e texturas, tendo em vista que a cor, as superfícies, as texturas e os materiais são determinantes para a definição da apresentação visual dos edifícios antigos, assim como para interpretação crítica dos textos originais e dos textos acrescentados pelo tempo.



O cromatismo dos revestimentos arquitetônicos reveste-se de grande importância também, pelo impacto que provocam no meio ambiente envolvente.

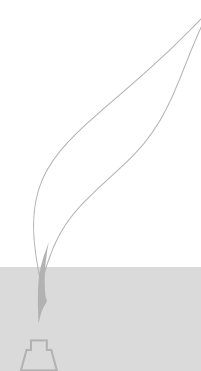
Este trabalho é o resultado de levantamento bibliográfico sobre estudos cromáticos nas intervenções de conservação e restauração do patrimônio arquitetônico. O tema tem desenvolvimento recente e no Brasil constituem um campo de investigação pouco explorado.

O levantamento bibliográfico revelou um número razoável de trabalhos realizados em Portugal, com destaque para a obra do arquiteto José Aguiar, “Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio”. Este trabalho, pela sua dimensão e profundidade foi objeto de estudo, e serviu de base para o texto que apresentamos que versa sobre a elaboração de modelos tridimensionais para estudo das propostas que vem sendo elaboradas para intervenção nas fachadas do Museu Casa Rui Barbosa.

Referências Bibliográficas

KANAN, Maria Isabel. *Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal*. Brasília, DF: Iphan. Programa Monumenta. Cadernos Técnicos: n. 8, 2008.

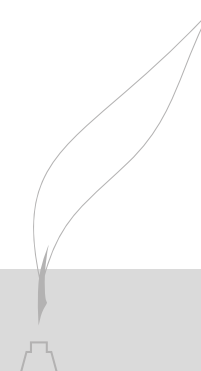
KUHL, Beatriz Mugayar. *O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, v. 12, n.1, 2004. p. 309-330.



9ª Jornada de Iniciação Científica

CARVALHO, Claudia S. R. *A pesquisa para conservação de superfícies arquitetônicas do Museu Casa de Rui Barbosa*. São Paulo: Pós v. 19, n. 31. 2012. p. 238-250.

AGUIAR, José. *Cor e cidade histórica: estudos cromáticos e conservação do patrimônio*. Porto: FAUP, 2005.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Daybes Antônio Pereira Paulo Gomes
Curso/Instituição
Arquivologia, Universidade Federal
Fluminense (UFF)
Orientador
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Projeto
Tipologia documental na Família
Barbosa de Oliveira
Agência de financiamento
FCRB
Período
agosto 2013 a julho 2014

Arquivos pessoais & tipologia documental: primeiros passos para a representação e acesso

Introdução

A análise tipológica é um método utilizado na arquivística que permite aprofundar o conhecimento das ações e atividades que dão origem ao documento em si. Quando nos direcionamos para os arquivos que são produzidos na vida privada, as convenções sociais vigentes são os elementos reguladores que fornecem os indicadores da produção de documentos. Nesse caso, outras serão as formas de se entender a organicidade dos documentos de arquivo.

Neste projeto pretendemos usar a Coleção Família Barbosa de Oliveira como campo empírico, porque, além de não existir a figura do produtor de arquivo trazendo para a documentação reunida por seu colecionador um conjunto muito variado de documentos, temáticas e tipos documentais, trata-se de uma coleção com um conjunto documental significativo, nos dando a expectativa de identificar um número variado de tipos documentais.

Objetivos

Temos como objetivos: identificar as tipologias e espécies documentais produzidas nos séculos XVIII e XIX no Brasil, dentro do contexto histórico e social representado na Coleção Família Barbosa de Oliveira;



elaborar bibliografia de referência para a questão da tipologia documental, contribuindo para a produção de conhecimento na área referente a Tipologia documental aplicada aos arquivos pessoais.

Metodologia

A princípio, realizou-se uma leitura de bibliografia referente à arquivística, ao contexto histórico da FCRB e à Família Barbosa de Oliveira; em seguida, um levantamento, seleção e análise de bibliografia sobre arquivos pessoais, tipologia documental e manuais de postura e etiqueta; o próximo passo foi analisar documento a documento, a fim de identificar se a denominação dada à época do tratamento da coleção refletia, de fato, às atividades ou ações que deram origem aos referidos documentos. Ao final, foi elaborada, para cada série, uma tabela com suas respectivas espécies, atividades e tipologias resultantes.

Conclusão

Esperamos contribuir para o reconhecimento da tipologia documental como importante mecanismo para a compreensão da formação dos arquivos, ampliando, assim, o conhecimento sobre os tipos documentais encontrados nos arquivos pessoais, além de ver refletida em próximas pesquisas de usuários, o aumento das buscas por essa forma de entrada.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51).



9ª Jornada de Iniciação Científica

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2 ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto como Fazer, 8).

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v.7, n.2, p. 5- 10, jul./dez. 2008

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-149, 1998.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Tradução de Manuel Vázquez. Córdoba. Argentina: Asociación de Archiveros de Andalucia, 1995.

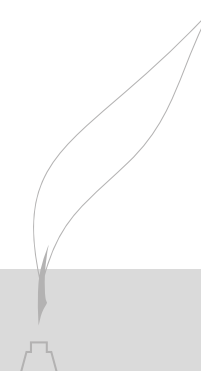
OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

_____. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (Orgs.). *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. v. 1, p. 327-332.



9ª Jornada de Iniciação Científica

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Ana Carolina Monay dos Santos
Curso/Instituição
História, Universidade do Estado do Rio
de Janeiro (UERJ)
Orientador
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Projeto
Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as
conexões nos arquivos pessoais
Agência de financiamento
CNPq
Período
março 2014 a julho 2014

Oliveira Castro e Pontes Câmara: conclusões e perspectivas

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo mostrar o que já foi realizado dentro do projeto “Os Oliveira Castro e os Pontes Câmara: as conexões nos arquivos pessoais”, no período de março de 2014 até julho de 2014, bem como elucidar os objetivos a serem ainda alcançados.

Os Oliveira Castro e Pontes Câmara são famílias tradicionais do Rio de Janeiro, que desempenharam um papel de grande atuação no período que vivenciaram. José Mendes de Oliveira Castro foi importante comerciante, que, dentre diversos frutos de sua influência, recebeu o título de Barão de Oliveira Castro na antevéspera da Proclamação da República, dia 13 de novembro de 1889, último título de nobreza conferido no Brasil. Seu filho homônimo veio a ser o II Barão de Oliveira Castro, em Portugal, sendo o último a receber um título de nobreza pela hereditariedade.

As famílias Oliveira Castro e Pontes Câmara se cruzam, institucionalmente, quando do casamento entre José Mendes de Oliveira Castro (filho) com Maria Estephânia Pontes Câmara, filha do Comendador Manuel Pontes Câmara. Tal família tinha negócios bem-sucedidos, no ramo cafeeiro, que vieram a ser potencializados a partir do momento que se estreitaram os laços com a família Oliveira Castro. O Café Câmara produzido pela Castro, Silva & Cia é um exemplo dessa forte aliança construída na virada do século XIX.



Objetivos

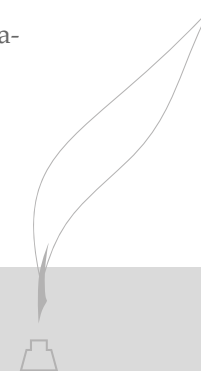
O projeto tem por objetivo geral a reunião e a organização do conjunto documental dos arquivos pessoais das famílias Oliveira Castro e Pontes Câmara, a fim de que a memória de tais famílias seja preservada e que os documentos possam servir de instrumento para a pesquisa, com fins de reconstrução historiográfica de determinado período da História do Brasil, e, mais especificamente, da História do Rio de Janeiro, no que tange, por exemplo, a assuntos ligados à economia, à política, às tradições e aos costumes.

Metodologia

Para cumprimento do objetivo do projeto, foi feita a organização dos documentos, que resultou em um determinado arranjo, com base nos princípios da Arquivologia. A partir desse momento, foram utilizadas técnicas de preservação dos documentos, a fim de recuperar os que se encontravam danificados. Foi feito também o acondicionamento dos documentos, seguidos de notação.

Vale ressaltar também o papel fundamental da digitalização dos documentos e da inserção na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa, uma vez que através desse suporte é que se faz a descrição dos documentos, que posteriormente estão disponíveis para pesquisadores.

O projeto encontra-se em fase de digitalização dos documentos restantes e de finalização da padronização dos documentos já inseridos na internet, com base nos documentos físicos.



Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicações técnicas, n. 51. p. 232, 2005.

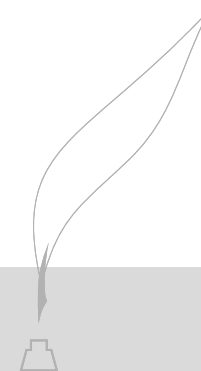
DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Netherlands: Kluwer Academia Publishers, v.11, p. 213-218, 1997.

DUCROT, Ariane. A Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 151-168, 1998.

GENEALOGIA da Família Oliveira Castro disponibilizada por António Mendes de Oliveira e Castro/Lucinha Sansom O.S.B./Maria Luísa Campos de Carvalho. Disponível em: http://www.museu-emigrantes.org/Antonio_MOC1.htm

THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. Arquivo e Administração. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, n.1, p.5-16, jan/jun. 2006.

YEO, Geoffrey. Concepts of Record (1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago: The American Archivist, v. 70, n.2, p. 315-343, 2007.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista

Gabriela Monteiro da Costa

Curso/Instituição

História, Universidade Federal Fluminense
(UFF)

Orientador

Lia Calabre de Azevedo

Projeto

História da política cultural no Brasil: a ação
do Conselho Federal de Cultura na primeira
metade da década de 1970

Agência de financiamento
CNPq

Período

agosto 2013 a julho 2014

Arena intelectual: o Conselho Federal de Cultura como espaço de disputa de ideias

Introdução

O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi um órgão criado pelo então presidente Castello Branco, em 21 de novembro de 1966, através do Decreto-lei nº 74, com o objetivo de gerenciar as questões relacionadas à política cultural brasileira. O CFC era composto por 24 (vinte e quatro) conselheiros, referências em uma das quatro áreas de conhecimento que compunham o Conselho. São essas áreas: Artes, Ciências Humanas, Letras e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Entre outras competências, cabia ao CFC “decidir sobre a concessão de auxílios às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação e guarda de seu patrimônio artístico ou bibliográfico e a execução de projetos específicos para a difusão cultural.”^[6]

Quando solicitado, por uma instituição cultural, e aprovado por uma das câmaras que compõem o Conselho, a solicitação evoluiu para um Termo de Convênio. Esse termo era uma espécie de contrato que definia qual era a instituição beneficiada, seu objetivo com o pedido de auxílio e o valor concedido. O Termo de Convênio deveria ser assinado por um representante da instituição beneficiada e pelo

6 REGIMENTO DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. In: Boletim. Rio de Janeiro: MEC, Ano I, n. 2, p. 67-76, Abril-Junho 1971.



presidente do CFC. Após um período estipulado no Termo de Convênio, a instituição deveria prestar contas da aplicação do benefício para aquilo que fora destinado. Todo esse processo reunido deu origem à documentação de área fim, presente no arquivo do Conselho, sediado no décimo andar do palácio Gustavo Capanema.

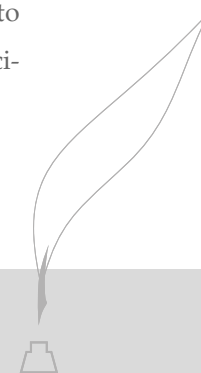
Objetivos

Analisar, através da documentação referente aos Convênios, as posições em disputa dentro do Conselho Federal de Cultura, pois, mesmo com a implantação do Regime Civil-Militar em 1964, ainda existiam disputas não só políticas, mas também intelectuais.

Questionar a neutralidade do Conselho Federal de Cultura frente à situação sociopolítica do Brasil de então, já que os intelectuais nomeados como conselheiros deixavam transparecer, através de seus discursos, diferentes posicionamentos e opiniões.

Metodologia

Segundo Pierre Bourdieu (1990, p.159), nada classifica mais uma pessoa do que suas classificações. Sendo assim, utilizaremos como metodologia análise de discursos. Discursos de conselheiros como Gilberto Freyre, Manuel Diégues Júnior, Ariano Suassuna, Irmão José Otão, entre outros, publicados nos principais veículos de divulgação do CFC – a revista *Cultura* e o *Boletim*.



Conclusão

Por se tratar de uma pesquisa em fase embrionária, não foi possível chegar a algum tipo de conclusão, até o presente momento. Porém, como já explicitado nos objetivos, temos condições de comprovar por via documental as disputas de campo que ocorriam dentro do Conselho Federal de Cultura.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas Culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

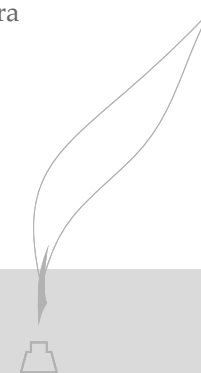
COELHO, Teixeira. *Cultura e Estado: a política cultural da França, 1955-2005*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2013.

JÚNIOR, Félix Lima. *A escravidão em Alagoas*. 1974.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Legislação do Conselho Federal de Cultura*, 1976.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Bianca Kremer Nogueira Corrêa
Curso/Instituição
História da Arte, Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ)
Orientador
Lia Calabre de Azevedo
Projeto
História da política cultural no Brasil: de
1964 aos dias de hoje
Agência de financiamento
CNPq
Período
janeiro 2014 a julho 2014

A estruturação dos conselhos de cultura federais como elemento revelador de avanços para as políticas culturais contemporâneas: uma análise comparativa do CFC e do CNPC

A construção do que se intitula hoje política cultural governamental no Brasil tem início no primeiro governo de Getúlio Vargas. Com o advento do Decreto nº 74, de 21 de novembro de 1966, período de governo da ditadura civil-militar, foi extinto o Conselho Nacional de Cultura – CNC (criado em 1938 e reativado em 1961), e instituído o Conselho Federal de Cultura. O princípio condutor das ações do CFC era institucionalizar a área da cultura no campo da administração pública, ambicionando exercer projeção nas esferas estadual e municipal, como forma de coordenar e assegurar programas culturais nacionais. O regimento interno do CFC, inicialmente, instituía 24 membros, os quais eram diretamente nomeados pelo presidente da República, distribuídos em quatro câmaras: de artes, de letras, de ciências humanas, de patrimônio histórico e artístico nacional. Possuía, além disso, uma comissão de legislação e normas, que funcionava como uma quinta câmara, com o objetivo de analisar as demandas financeiras que se dirigiam ao Conselho para apreciação.

O golpe militar de 1964 foi um período de repressão e censura, e dele resultou o desfazimento de boa parte dos projetos culturais em curso até então. Como reflexo natural desse processo, nota-se o caráter elitista e autoritário que conforma esse Conselho, cuja composição demarca sua existência como extensão de um Estado autoritário, inclusive terminando por conferir certa legitimidade ao regime.

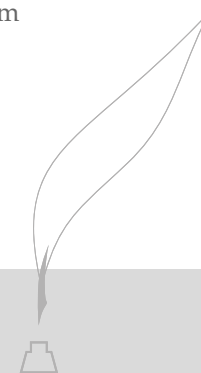


9ª Jornada de Iniciação Científica

Já o atual Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, instituído em 2007 (reativando o órgão originalmente criado em 1991), pode ser considerado um instrumento de participação da sociedade civil e de organização institucional na área cultural. O atual plenário do CNPC é composto por 52 representantes do Poder Público (União, estados e municípios), da sociedade civil, de entidades empresariais, fundações e institutos vinculados ao meio cultural e de personalidades de notório saber na área cultural. Enquanto o princípio norteador do CFC era institucionalizar as políticas públicas culturais, na seara administrativa, como forma centralizadora de poder a partir da decisão de um conjunto de especialistas escolhidos de maneira centralizada e autoritária, o CNPC se mostrou um instrumento de diálogo entre o Estado e a sociedade, com maioria de representantes da sociedade civil eleitos diretamente pelos diversos segmentos. Esse formato possibilita que seus membros sejam portadores das demandas, prioridades e objetivos da sociedade civil, sendo esses os elementos essenciais para formulação, por parte do governo, de políticas que atendam efetivamente os interesses da população, obviamente, nos limites orçamentários e circunstanciais existentes.

Objetivos

Trata-se de uma pesquisa, até então embrionária, mas com o objetivo geral de analisar os avanços no papel dos conselhos de cultura no Brasil quanto ao atendimento das demandas e interesses sociais, sem deixar de considerar as transformações ocorridas na esfera política.



Metodologia

A metodologia aplicada no presente trabalho será empreendida por meio de uma pesquisa exploratória nos documentos reguladores dos conselhos (regimentos, portarias, normativas) e análise das formas de composição dos mesmos.

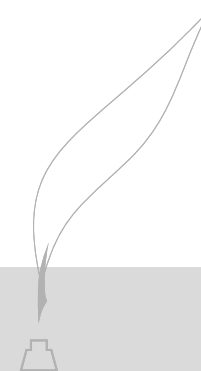
Conclusão

Verifica-se que o CFC tinha por princípio de seu trabalho a construção da institucionalização da cultura pela Administração Pública por compreendê-la enquanto um elemento de unificação que contribuía para a criação de uma “consciência cívica nacional”, apreciada pelo regime autoritário em vigor. O caráter elitista e não democrático conforma esse Conselho sob o falso envoltório do discurso de autoridade e o notório saber de seus membros, afastando a sociedade de decidir sobre um elemento fundamental e essencial para a configuração de sua identidade, que é a cultura. Enquanto isso, sob a égide da Constituição Cidadã de 1988, o CNPC busca, desde 2007, democratizar a representação popular no que concerne às demandas culturais em âmbito nacional, o que se pode perceber facilmente com a simples descrição de sua estruturação, contida no Regimento.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. *Política cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MAIA, Tatyana de A. *Os cardeais da cultura nacional*. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Renata Duarte
Curso/Instituição
História, Universidade do Estado
do Rio de Janeiro (UERJ)
Orientador
Lia Calabre de Azevedo
Projeto
História da política cultural no
Brasil: 1964 aos anos 2000
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2012 a julho 2013

O espírito da lei: perspectivas sobre a Lei Sarney

O Brasil da década de 1960 era um país que vivia em plena efervescência cultural e política. As mobilizações em torno das chamadas “reformas de base” se intensificavam, reunindo em suas fileiras um amplo espectro da sociedade. Dos outros países do terceiro mundo surgiam notícias inspiradoras. A revolução cubana e as lutas pela independência na Argélia pareciam demonstrar na prática que os países periféricos poderiam criar uma terceira via, que fugisse aos modelos capitalista e comunista, algo *novvo*.

O caminho para essa transformação era a conscientização do povo, e perseguindo esse objetivo, surgiram várias iniciativas. Nascido “da miséria do povo de Recife. De suas paisagens mutiladas”, o Movimento de Cultura Popular foi o berço do Método Paulo Freire de alfabetização. Com uma concepção multidisciplinar de aprendizado, o MCP estimulava a ocupação das praças da cidade com ações culturais, promovia a formação de grupos de teatro operários, entre diversas outras ações. Durante um contato entre membros da UNE e do MCP germinou a ideia de fundar Centros Populares de Cultura em todo o Brasil.

Na esfera governamental também surgiam experiências similares. Em 1961, foi criado o Conselho Nacional de Cultura, cujas cadeiras eram compostas por representantes da classe artística como Jorge Amado, Sérgio Buarque de Holanda e Mário Pedrosa. Em sua ata de abertura, o Presidente da República definiu como principal tarefa “coordenar, disciplinar e traçar a vitalização da cultura”, através “de sua popularização e democratização”. Em sintonia com essas prerrogativas, o CNC desenvolveu seus pro-



9ª Jornada de Iniciação Científica

jetos de ação, como as Caravanas Culturais, que objetivavam levar diversas formas de expressões artísticas ao interior. Para o ano de 1964, além de mais uma edição das caravanas, aconteceria a construção de um “trem da cultura”. Esse projeto, porém, nunca veio a acontecer, foi interrompido, assim como as atividades do MCP e do CPCs, pelo golpe militar.

Instalado o regime autoritário, foi criado o Conselho Federal de Cultura, cujos membros eram compostos por pessoas de “reconhecida idoneidade”, recrutadas sobretudo no IHGB e na ABL. Entre seus membros, estavam personalidades como Miguel Reale, Hélio Vianna e Adonias Filho. Em consonância com seu aspecto majoritariamente conservador, o foco do CFC voltou-se predominantemente para a defesa do patrimônio e das manifestações tradicionais, fontes da verdadeira identidade nacional. Seu projeto de maior vulto foram as “casas da cultura”. Em oposição às caravanas, que invadiam as ruas em busca do povo, as casas eram ambientes fechados, restritos a algumas localidades, e o povo é quem deveria buscá-las.

Com o princípio do processo de abertura, a linha governamental para as políticas culturais muda. A gestão Ney Braga no MEC marca a retomada da vertente de democratização cultural. Novas instituições são criadas, e paulatinamente o CFC vai sendo esvaziado de seu poder político.

Com o advento da redemocratização, surgiu um movimento que não buscava apenas democratizar as eleições, mas também a cultura, que acabara de ganhar seu próprio ministério. Uma das principais ações do período foi protagonizada pelo ministro Celso Furtado: a criação da Lei Sarney, a primeira lei de

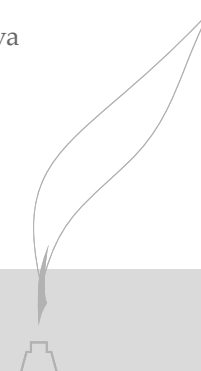


9ª Jornada de Iniciação Científica

incentivos fiscais do país. Seu principal objetivo, apontados nos discursos oficiais, era descentralizar o poder decisório do financiamento à cultura, antes restrito apenas ao Estado, através de suas instituições. Era um passo importante para um país que buscava “libertar-se”: libertar suas ideias, sua cultura. Com um método bem abrangente de atuação, a lei previa que o financiamento deveria ser acordado entre a entidade o artista, sendo proibido qualquer tipo de mediação entre ambos. Convocando a população a se organizar, o ministro evocava o “espírito da lei” para declarar que agora a sociedade civil podia recuperar sua autonomia, desde que mobilizada.

Durante a aprovação da lei no Congresso, um artigo altera substancialmente a história. Graças ao seu prestígio político, foi dado ao CFC a incumbência de supervisionar os recursos destinados à Lei Sarney, com poderes de suspensão da verba oferecida. Começava então uma disputa de cunho ideológico, onde de um lado estava o ministro Celso Furtado e seu “empoderamento social” e de outro o CFC e sua “formação pedagógica-institucional das massas”.

A pesquisa objetiva investigar tais concepções de cultura e política, buscando demonstrar como ambos os projetos, apesar de coerentes, não possuíam mais efetividade na sociedade brasileira dos anos 80. Enquanto os membros do CFC clamavam pelo direito de proteger a verdadeira cultura nacional, calcada na tradição, das deturpações da modernidade, Celso Furtado, em um movimento similar ao descrito por Roberto Schwarz em sua resenha sobre o filme-documentário “Cabra marcado para morrer”, tentava “retomar o fio da meada”.



9ª Jornada de Iniciação Científica

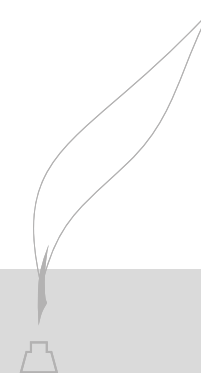
Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no governo militar: O Conselho Federal de Cultura. In: IDENTIDADES: XVIII Encontro Nacional da Ampuh-Rio. Rio de Janeiro: Ampuh, 2008 p. 1-10.

ORTIZ, Renato. (2012). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

2012. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC a era da TV*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP. 2014.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Matheus Abreu Lopes de Andrade
Curso/Instituição
Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Orientador
Margarida Lacombe
Projeto
Previsibilidade das decisões judiciais: o problema da segurança jurídica
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2013 a julho 2014

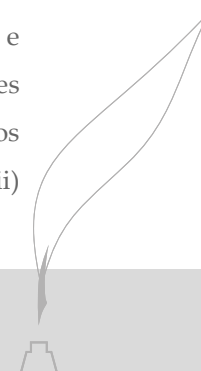
Os superprecedentes e o Supremo Tribunal Federal: um ensaio sobre as possíveis mudanças na cultura judicial brasileira

Introdução

A categoria chamada pela literatura norte-americana de superprecedente ainda não foi suficientemente apresentada ou discutida no Brasil. Serão abordadas suas características diferenciando-as de decisões em outros precedentes. Tudo indica que são decisões judiciais, cuja vinculação transcende as fronteiras do tradicional espaço do direito e suas instituições, projetando-se para os campos político, econômico e social.

Objetivos

O plano de trabalho para refletir sobre essa hipótese desdobra-se em três partes essencialmente. A primeira parte verifica o processo de jurisprudencialização do direito no Brasil e um verdadeiro diálogo entre *civil law* e *common law*, diluindo as suas fronteiras. A segunda parte traz alguns pressupostos conceituais sobre a temática, como elementos e espécies de precedentes. Procura-se entender, por exemplo, as noções de *ratio decidendi* e a de *obiter dictum*, bem como as relações verticais e horizontais precedentes entre os tribunais (SCHAUER) e as espécies de precedente vinculantes, de eficácia intermediária e persuasivos (PERRONE). A terceira parte aborda a categoria propriamente dita dos superprecedentes a partir da literatura norte-americana sobre o tema. Percebem-se algumas características: (i) são amplos e muito citados (POSNER e LANDER); (ii) pacificam disputas políticas ou sociais (HAYWARD); e (iii)



possuem uma vinculação jurídica e social que se relaciona com a constituição viva, o que dificulta a sua superação (ACKERMAN). Estão presentes nos casos *Marbury vs. Madison*; *Brown vs. Board of Education*; e *Roe vs. wade*.

Mais do que adicionar um item na tipologia dos precedentes ou propor aplicação simplista de um debate norte-americano para o Brasil, o presente trabalho pretende investigar mudanças na cultura de precedentes brasileiros que vêm acontecendo mais recentemente no Supremo Tribunal Federal (STF) em certos casos que podemos chamar de emblemáticos.

A pesquisa parte do ponto de vista teórico; em essência, obras de Teoria do Direito e Direito Constitucional. Mas também empírico. Atento a alguns casos no Superior Tribunal Federal que têm se diferenciado dos demais por diversos aspectos, como, por exemplo, pela repercussão na mídia e na sociedade, pela existência de um número de páginas enorme e debates prolongados na corte, e, ainda, pelo crescente número de citações.

Conclusão

A novidade intrigante é que, assim como certas leis “pegam” e outras são ineficazes, também certos precedentes caem nas graças dos legisladores e dos diversos segmentos sociais e, resistindo ao tempo, adquirem algum grau de vinculação não apenas jurídica. A judicialização da política e da vida, somada à publicidade ostensiva e à leitura cada vez maior das decisões judiciais, contribuíram para essa mudança



da cultura de precedentes no Brasil, que, se não fizeram surgir superprecedentes por aqui, pelo menos ensinaram precedentes com mais “pegada”, como nos casos *Ellwanger*, *Mensalão* ou *União homoafetiva*. Não que sejam iguais aos casos norte-americanos em *Madison* ou nos dos diretores das escolas que praticavam a segregação racial. As realidades e culturas jurídicas são distintas, mas mobilizamos a categoria “superprecedente”, para que percebamos nossos traços em transformação.

Referências Bibliográficas

ACKERMAN, Bruce. The living Constitution. *Harvard Law Review*, v. 120, n. 7, p. 1.738-1.812, maio 2007.

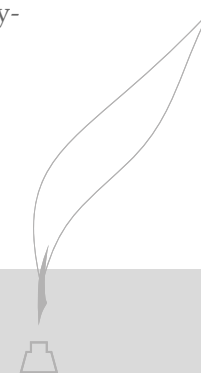
HAYWARD, Allison R. *The per Curiam Opinion of Steel: Buckley v. Valeo as Superprecedent?* Clues from Wisconsin and Vermont. *Cato Supreme Court Review*, 2005-2006. p. 195-216.

PERRONE, Patrícia. *Precedentes: o desenvolvimento judicial do direito no constitucionalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

POSNER, Richard A. Law and economics in common-law, civil-law, and developing nations. *Ratio Juris*, v. 17, n. 1, mar. 2004.

_____. POSNER, Richard A. LANDER, William M. Legal precedent: a theoretical and empirical analysis. *Journal of Law and Economics*, vol. 19, n. 2, 1976.

SCHAUER, Frederick. Precedent. *Stanford Law Review*, v. 39, n. 3, p. 571-605, fev. 1987.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Maira Moreira de Moura
Curso/Instituição
Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Orientador
Marta de Senna
Projeto
Edição dos contos de Machado de Assis como hipertexto
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2013 a julho 2014

Metáforas de amor e guerra na ficção de Machado de Assis

Meu trabalho no projeto *Edição eletrônica dos contos de Machado de Assis como hipertexto* me forneceu uma profunda aproximação com a literatura machadiana. Apesar do caráter editorial, o trabalho sobre o texto não ofuscou o prazer da leitura, e, dessa forma, me tornei um pouco mais íntima da ficção de Machado de Assis, e me familiarizei com o seu fazer literário.

No decorrer do projeto, tropecei em um recurso estilístico muito frequente, que me despertou a curiosidade de estudiosa. Falo do costume que o autor tem de comparar os ardis do amor com os da guerra. A comum troca de cartas entre namorados, que tem seu espaço na literatura machadiana (mas também na de outros autores da época), recebe do autor a alcunha de “duelo epistolar” no conto “Antes que cases”.

Nas narrativas, são muitos os momentos que trazem palavras do campo semântico da guerra, aplicadas a situações amorosas – a metáfora sustentando, dessa forma, a comparação.

Por exemplo, consideremos uma passagem do conto “Trina e uma”. O personagem Severiano, assume o lugar de derrotado. O amigo Matias estava firmemente decidido a uni-lo a Clara, organizando saraus e convidando a ambos, para provocar o encontro. A sequência da investida de Matias e o nascente sentimento em Severiano são narrados da seguinte forma: “Severiano resistiu, mas resistiu pouco; estava ferido, e caiu”. O último verbo é o da fatalidade: um homem caído está morto ou inválido para a ação. Se Matias caiu, é porque estava apaixonado – ou seja, invalidado.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista

Maira Moreira de Moura

Curso/Instituição

Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador

Marta de Senna

Projeto

Edição dos contos de Machado de Assis como hipertexto

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2013 a julho 2014

Em outro conto, “Viagem à roda de mim mesmo”, o jovem apaixonado encontra-se em conversa com a pretendida, mas, por acanhamento, hesita em falar-lhe de seus sentimentos. O personagem masculino, que é também o narrador, expõe sua indecisão em termos militares: “Eu, certo da vitória, pensava em ferir a batalha, principalmente quando ela parecia expansiva; mas, não me atrevia a marchar”.

No conto “*To be or not to be*”, a relação entre André Soares e o homem que seduz sua namorada, isto é, seu rival no amor, é nitidamente exposta em termos de guerra: “Oito dias depois tinha André Soares toda a certeza de que a bela passara com armas e bagagens ao campo inimigo”.

A Teoria da Metáfora Conceitual, da Linguística Cognitiva, é um estudo que considera a metáfora não como fenômeno linguístico, mas como forma de criar conceitos sobre as coisas com as quais convivemos. Por exemplo, a fim de compreendermos o tempo falamos sobre ele em termos de espaço, como em “dias atrás”, “daqui para frente” e “estamos perto do fim do ano”. Criamos metáforas para aproximar abstrações como o amor de algum conceito. Quando dizemos que um namoro “não está indo a lugar algum” ou que “decidiram tomar cada um seu caminho”, não estamos usando a metáfora de amor como jornada por mero capricho linguístico – estamos expressando uma ideia que construímos sobre o conceito de amor: que um relacionamento é uma jornada a dois. Entretanto, o amor, como o fenômeno complexo que é, não se restringe a jornada.

Aceitando que Machado constrói um conceito de amor a partir de suas metáforas, tal conceito, um tanto sombrio, determina que o amor romântico seria mais conflituoso e penoso (como a guerra) que o celibato (um tratado de paz). Machado, portanto, estaria sugerindo que feliz é quem não ama?



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista

Maira Moreira de Moura

Curso/Instituição

Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Orientador

Marta de Senna

Projeto

Edição dos contos de Machado de Assis como hipertexto

Agência de financiamento

CNPq

Período

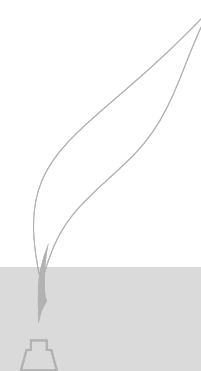
agosto 2013 a julho 2014

Com certeza, se a ideia fosse posta em termos diretos, sem os recursos literários, seria um tanto polêmico assumi-la em uma sociedade como a oitocentista. Mas estamos no universo de Machado de Assis: é através do humor que o autor combina amor e guerra, e, para o leitor, fica a imagem cômica de namorados em batalha – para as imaginações mais arrojadas talvez se vislumbre um casal fardado portando armas... Ou moças que valem por exércitos inteiros, como Helena, personagem do romance homônimo, sugere: “Uma moça que quer ser noiva vale por um exército; eu sou um exército”.

Referências bibliográficas

FERRARI, Lilian. “Metáforas e metonímias”. In: _____. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 2003. Disponível em <<http://shu.bg/tadmin/upload/storage/161.pdf>>. Acesso em 15 jul. de 2014.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Laíza Stéfane Verçosa do Nascimento
Curso/Instituição
Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Orientador
Marta de Senna
Projeto
Edição dos contos de Machado de Assis
como hipertexto
Agência de financiamento
CNPq
Período
março 2014 a julho 2014

A quebra de expectativa em alguns contos de Machado de Assis

É lugar-comum na crítica machadiana a ideia de que Machado de Assis tem uma obra evolutiva, ou seja, a produção do escritor vai ficando cada vez melhor com o tempo. Foi José Veríssimo o crítico a consolidar a teoria da separação da obra de Machado de Assis em duas fases: a primeira, romântica; a segunda, realista. Tal teoria não é desprezível, mas a análise sequencial dos contos de Machado publicados somente na imprensa nos traz alguns exemplos que de certo modo a desmentem.

No que escolhemos denominar “Contos avulsos – fase 1” no portal machadodeassis.net há um exemplo que não se encaixa na análise evolutiva da obra de Machado. O primeiro conto desse grupo chama-se “Três tesouros perdidos”, publicado em 1858 em *A Marmota*. Trata-se de uma peça curta, cuja ironia já se manifesta no título, que trata com isonomia três itens de valores incongruentes (a mulher, o amigo com quem ela foge e o dinheiro que os dois levam consigo). A qualidade da peça talvez não seja comparável à de “A cartomante” (a que voltaremos), mas certamente esse primeiro conto do jovem Machado tem mais sabor e estilo que outro da mesma “fase”, de nome “A pianista”. Além de ser um conto longo, nove vezes maior que o primeiro, é também um exemplo de romantismo de mau gosto, com tom edificante e final explicitamente moralizante.

Pode-se dizer que alguns dos melhores contos de Machado apresentam um fim imprevisível, que quebra as expectativas que o autor-narrador leva o leitor a ter – o que provoca um efeito cômico. Esse efeito cômico pode ser explicado por uma das teorias do riso, proposta por Kant e retomada por Schopenhauer: a



teoria da incongruência. O expediente da incongruência é uma das especialidades de Machado e revela o total domínio das técnicas da ironia e da recepção do leitor.

Entretanto, o escritor maduro aparece contemporâneo ao escritor em processo de amadurecimento. Para comprovar tal constatação, examinamos três contos contemporâneos entre si: “A carteira”, “Uma carta” e “A cartomante”. Ao lado de “A cartomante” e “Uma carteira”, o conto “Uma carta” parece ficar deslocado. Como dois contos econômicos, inteligentes e de final surpreendente podem conviver com um conto piegas, com uma personagem estereotipada e um enredo fraco? Além disso, outra questão que surge ao final das leituras comparativas é: os finais surpreendentes de “A cartomante” e “A carteira” são bons pelo efeito do riso, do susto ou da perplexidade dele decorrente? Acreditamos que a quebra de expectativa leva também a um segundo efeito, de maior alcance: quase sempre propicia ao leitor o ensejo de fazer uma reflexão de caráter moral.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. *Contos em hipertexto*, Disponível em www.machadodeassis.net. Acesso em: jul. 2014.

KANT, Immanuel. *Crítica do juízo*. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária [19??].

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969, p. 286.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Uma edição anotada: pesquisa e elaboração de notas

Bolsista
Larissa Santos de Lira
Curso/Instituição
Letras (Português-Alemão), Universidade
Federal Fluminense (UFF)
Orientador
Eliane Vasconcelos
Projeto
Modos e modas, usos e costumes
Agência de financiamento
CNPq
Período
janeiro 2014 a julho 2014

O projeto “Modos e Modas: Usos e Costumes” dedica-se ao estabelecimento do texto crítico de crônicas escritas pela jornalista Corina Coaraci. Esta é acatada desde o início das pesquisas como escritora de papel fundamental tanto para literatura de autoria feminina quanto para o jornalismo da época. Corina registrou em seus textos importantes críticas referentes a obras artísticas, teatros, circos, questões políticas e outras que merecem um olhar minucioso.

Inicialmente o projeto se manteve em fase de digitação dos textos fornecidos na Biblioteca Nacional em microfilme – atualmente acessados no *site* da hemeroteca digital. Após a digitação foi feito um cotejo entre os textos digitados e os textos em microfilme. Atualmente o trabalho é dedicado à elaboração de notas a esses textos. O registro de tais notas visa a esclarecer questões semânticas e questões relacionadas ao contexto histórico-cultural-social da época.

A elaboração de notas foi um processo subdividido em etapas, tais como: verificação de palavras que necessitavam de esclarecimento semântico; consulta a outros periódicos para contextualização de situações às quais a jornalista faz referências; e pesquisas em enciclopédias e páginas da *internet* para a elaboração de notas diversas e consultas a dicionários para explicitação de vocábulos específicos.

Por exemplo, foi consultado o livro *O teatro no Brasil*, de José Galante de Sousa, para as notas referentes a encenações teatrais, a atores e artistas. Para alusões a quadros – como o do artista Francisco Aurélio de



Figueiredo –, foi consultado o acervo do Museu Nacional de Belas-Artes e dicionários de artes plásticas. A consulta a enciclopédias e dicionários permanecerá como recurso enquanto houver necessidade de esclarecer palavras e contextos selecionados para notas. Terei de recorrer a esse método para identificar um circo mencionado por Corina na crônica de 6 de junho de 1891.

Além de retomar alguns jornais da época para esclarecer acontecimentos políticos, continuaremos a levantar subsídios para elaboração de outras notas, como as que se referem ao campo da moda, uma vez que esta é a temática da coluna “Modos e Modas: Usos e Costumes”. Será necessário também voltar a consultar o *Jornal do Commercio* (no acervo da Biblioteca Nacional) no caso de acontecimentos políticos em que se envolveram figuras conhecidas da época e mencionadas por Corina.

Resta, portanto, enfatizar que em todas as etapas do projeto “Modos e Modas: Usos e Costumes”, a autora Corina Coaraci foi contemplada como uma figura de grande contribuição para a literatura brasileira, sobretudo para o jornalismo. Com este projeto, procuramos elaborar um material que ofereça aos leitores um texto fiel, segundo os critérios da crítica textual.

Referências bibliográficas

COUTINHO, Afrânio, SOUSA, José Galante. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2. ed. [S.l.]: Global, 2001.

CARVALHO E SILVA, Maximiano de. Crítica Textual: conceito – objeto – finalidades. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. n. 7, 1. semestre 1994. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia>.



9ª Jornada de Iniciação Científica

VASCONCELLOS, Eliane. *Corina Coaraci*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>.

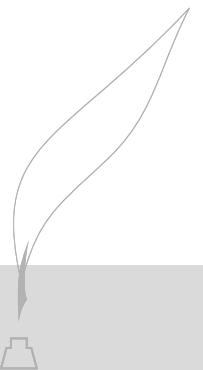
Dicionários e acervo online

Dicionário Aurélio da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>.

Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>.

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<http://www.bbm.usp.br/>>.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Jesuítas angolanos e a língua de Angola no Brasil

Bolsista

Jaqueline Cavalcante Correia

Curso/Instituição

História, Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Orientador

Ivana Stolze Lima

Projeto

Africanos, descendentes e comunidades
linguísticas no Brasil e no mundo Atlântico

Agência de financiamento

CNPq

Período

novembro 2013 a julho 2014

O projeto de pesquisa *Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo Atlântico* tem como objetivo discutir a circulação e o uso de línguas africanas no Brasil. Para tanto, procura analisar a problemática da publicação da obra *Arte da língua de Angola*, do padre jesuíta Pedro Dias, em 1697. Meu objetivo específico no projeto foi contribuir para entender melhor a relação dessa obra com um conjunto de padres angolanos que se estabeleceu no Brasil naquele período. Considerando a experiência do tráfico negreiro entre os séculos XVII e XVIII, que canalizou um grande contingente de africanos para as Américas, percebemos que foi a partir dessa realidade que o trabalho missionário dos jesuítas com as populações nativas envolveu o domínio da língua no mundo Atlântico.

Umas das obras que nos mostra o trabalho missionário de nove padres angolanos no Brasil e sua trajetória na Companhia de Jesus é o artigo do também padre jesuíta Serafim Leite, *Jesuítas do Brasil, naturais de Angola*. Ao tratar da obra de Serafim Leite, procurei estar atenta ao seu comprometimento com a própria Companhia de Jesus, pois se tratava da abordagem de um padre da ordem. Ao mesmo tempo a essa obra deve-se atribuir o seu imenso valor arquivístico, uma vez que o trabalho de pesquisa teve como fontes os vários arquivos e bibliotecas da Europa e do Brasil, principalmente o grande fundo da história da Companhia, o *Archivum Societatis Iesu Romanum*.

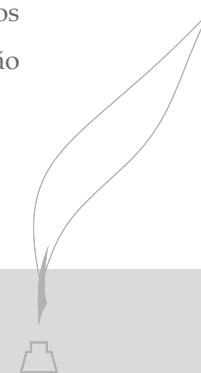
Em seu artigo, Serafim Leite nos traz algumas informações de nove padres designados com o qualificativo de “angolanos”, que ingressaram na Companhia de Jesus entre os anos de 1620 e 1712, como P.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Antônio de Passos que, segundo Serafim Leite “se dedicou ao ensino dos negros”; P. Antônio Cardoso, que fez os mais altos estudos na Companhia de Jesus, percorrendo, em seu trabalho missionário, os engenhos de Pernambuco em 1689; P. Francisco de Lima, que, no Colégio da Bahia, cursou os estudos superiores e empreendeu excursão apostólica pelos engenhos do Recôncavo baiano, entre 1701 e 1702; P. Francisco da Vide, que atuou sobretudo na região do Rio de Janeiro, percorrendo os engenhos e fazendas em diversas excursões apostólicas e se fixando na *Fazenda de Santa Cruz*, com grande concentração de escravos; P. João de Araújo, que, em 1683, fez missão pelas fazendas do Rio de Janeiro, na companhia de Jorge Bêncio; P. João da Cunha, que, além de se dedicar à catequese dos negros, ocupou-se também com o ensino de meninos brancos; P. Luiz de Siqueira, que sabia a língua dos negros, e, no Brasil aprendeu o tupi, sendo professor solene e seguindo mais os cargos de governo do que os de catequese; P. Manuel de Lima, que era apóstolo dos negros e a quem se faz referência pelo catecismo na língua desse povo; P. Miguel Cardoso, que, além de se dedicar à catequese dos negros, foi procurador das missões e ocupou altos cargos da província.

A importância de saber a língua de Angola no contexto da catequização dos negros africanos ganha uma dimensão maior com a obra do P. Pedro Dias, a *Arte da língua de Angola*, considerada como o primeiro documento que prova historicamente o emprego de uma língua africana no século XVII, conforme se verifica pela descrição gramatical do quimbundo. P. Dias, ao elaborá-la, contou com a participação, dos já citados padres angolanos, Francisco de Lima, Miguel Cardoso e Antônio Cardoso fazendo a revisão da obra.



9ª Jornada de Iniciação Científica

O contato com obras como as de Serafim Leite e Pedro Dias me permitiu observar como o trabalho missionário da Companhia de Jesus estava voltado para a produção de instrumentos, como gramáticas, catecismos e dicionários na língua nativa, para auxiliarem na conversão dos escravos. A questão não era somente entender outra língua, mas, sobretudo, penetrar em um novo universo linguístico presente naquele contexto.

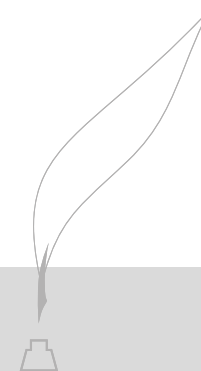
Referências bibliográfica

DIAS, Pedro. *Arte da língua de Angola*. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro: Livraria Portugália: Civilização Brasileira, 1938, v.8.

_____. Jesuítas do Brasil, naturais de Angola. *Brotéria*, v. 31, p. 254-261, 1940.

LIMA, Ivana Stolze. Na Bahia, a arte da língua de Angola: comunidades linguísticas no mundo Atlântico. In: XXVII Simpósio Nacional da História, ANPUH. Natal. 22 a 26 de junho de 2013.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Bolsista
Cristiane da Rosa Elias

Curso/Instituição
História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orientador
Ivana Stolze Lima

Projeto
Africanos, descendentes e comunidades linguísticas no Brasil e no mundo Atlântico

Agência de financiamento
CNPq

Período
agosto 2013 a julho 2014

O contexto atlântico da produção da *Arte da língua de Angola*: séculos XVI e XVII

O objetivo do projeto é investigar o uso das línguas africanas no Brasil, como parte do mundo atlântico, a partir dos registros documentais disponíveis. O projeto propõe uma reflexão sobre a formação de vínculos comunitários e relações sociais de africanos e descendentes com os demais grupos, formulados por meio de seus domínios linguísticos, estabelecidos tanto nas línguas africanas como no português.

Exploramos uma compilação intitulada *Monumenta Missionaria Africana*, organizada pelo padre Antônio Brásio, que traz publicações de documentos dos séculos XVI e XVII, referentes às relações políticas entre Portugal e os Reinos de África e, sobretudo, aos trabalhos missionários. O nosso critério de seleção dos documentos foi constituído por indícios e informações que dissessem respeito à questão dos contatos linguísticos, da circulação de línguas africanas no mundo atlântico, bem como de políticas linguísticas e das ações dos missionários e outras autoridades em relação à doutrinação e decodificação das línguas das populações com que travaram contato.

Com base em alguns documentos como: *Carta de Paulo Dias de Novais (1578)*, *Carta de frei Jacinto de Vetralla ao prefeito da Propaganda Fide (1650)*, *Carta do Governador Geral de Angola a El-Rei de Portugal (1658)* e *Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola (1678)* foi possível compreender um pouco mais da dinâmica linguística entre os grupos envolvidos. A carta de Paulo Dias de Novais nos apresenta a menina de sua família, Caterina, que, segundo a descrição, teria aprendido a falar muito bem ambundo, permitin-



do-nos pensar as formas de trânsito linguístico que existiam entre os portugueses e os africanos. Já com a carta de Vetralla, nos é dada a dimensão das publicações de impressos de doutrinação cristã feitas para a conversão dos povos não cristãos.

A *Carta do Governador Geral de Angola a El-Rei de Portugal* nos apresenta a informação de que, para as autoridades de Angola, o trabalho dos jesuítas não estava sendo satisfatório. A essas críticas os missionários respondem com a *Carta dos Padres da Companhia ao Governador de Angola*, defendendo suas obras e mostrando os percalços vividos. Um dos motivos expostos por eles para explicar a necessidade de sua presença era a de evitar o perigo do domínio das línguas locais pelas famílias portuguesas em África – como pudemos notar na primeira carta citada sobre a menina Caterina.

O uso de gramáticas, catecismos e vocabulários facilitava a ação dos projetos missionários nas regiões em que esses padres atuavam. No Brasil, a elaboração da *Arte da Língua Angola*, publicada em 1697, formulada por Pedro Dias, da Companhia de Jesus, representa um ponto importante desse domínio linguístico necessário à sua atuação. O objetivo dessa obra seria o de outros jesuítas construírem alguma noção da língua quimbundo, para que pudessem catequizar e confessar os africanos, já que existia a necessidade também de controlar as muitas línguas existentes no território e os africanos que procuravam, por meio delas, resistir à imposição da escravidão.

Com isso, podemos notar que o português não foi sempre a língua principal do Brasil e que sofreu muitas contribuições e alterações até os dias de hoje não sendo o único idioma que serviu de instrumento de comunicação dentro das múltiplas relações existentes na sociedade. Tais questões levantadas na pesqui-



sa contribuem para o projeto em geral, pois nos permitem enxergar que as relações entre Brasil, Portugal e África foram profundas, intensas, politicamente bem estruturadas, não se marcando apenas pela violência. Ademais, por meio das gramáticas e vocabulários produzidos era possível doutrinar e enquadrar os referidos africanos e descendentes na condição de escravos, como base da estrutura escravista.

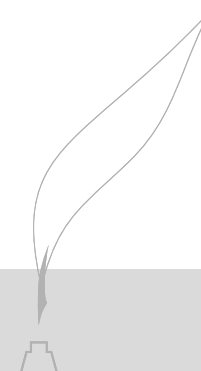
Referências bibliográficas

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN e Jose Luis; PETTER, Margarida (Org). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.

BRÁSIO, Antônio. *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar; 1954, 1965, 1981 e 1982. v. 4, 10, 12 e 13.

DIAS, Pedro. *Arte da Lingua de Angola*. Lisboa, 1697. Disponível em: <https://archive.org/>.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil imperial*. volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 469-497.



9ª Jornada de Iniciação Científica

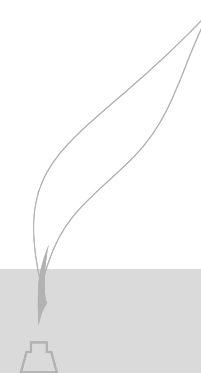
Bolsista
Natália Cristina Rezende da Silva
Curso/Instituição
História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Orientador
Antonio Herculano Lopes
Projeto
O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista fluminense
Agência de financiamento
CNPq
Período
agosto 2013 a julho 2014

Entre Mingote e Eloy: Artur Azevedo e os empresários teatrais

No dia 15 de maio de 1907 foi publicado em *O Paiz* uma crônica em forma de verso de Artur Azevedo intitulada “Mingote”. O texto narra o lamento de Mingote, por não possuir o reconhecimento necessário no meio teatral para levar à cena suas obras e sua crescente antipatia por Eloy, um teatrólogo de prestígio.

O roteiro da história não seria tão significativo se não soubéssemos que Eloy é um dos pseudônimos de Artur e que Mingote significa “cigarro de maconha”. Na crônica, o autor parece representar um conflito teatral da época, onde a inserção de elementos tidos como vulgares em cena foram amplamente criticados. Nesse caso, entendemos que a crônica possa fazer alusão ao embate entre oportunistas sem talento e produtores de valor, personificados nas figuras de Mingote e de Eloy.

Utilizando a crônica como objeto de análise, podemos ressaltar a dupla inserção de Artur no mundo das revistas e junto aos intelectuais de sua época, pois, ao passo que demonstrava a preocupação em agradar o grande público, visando à demanda empresarial do gênero revista, também se preocupava em atingir boas críticas no meio literário, ao qual pertencia. Ademais, ao citar diversos empresários, podemos obter um estudo a respeito desses homens que foram figuras de grande importância no meio teatral, tais como Francisco de Sousa, Francisco Mesquita, Dias Braga e João Antonio da Silva Pinto.



Na busca pelo reconhecimento desses empresários, pudemos constatar que a grande maioria era portugueses, o que nos leva a refletir sobre o papel desempenhado pela comunidade portuguesa no meio teatral. Foram eles próprios que trouxeram a tradição do teatro que foi aos poucos se tornando parte indispensável da vida social dos brasileiros. A princípio, esse teatro foi estabelecido para atender a um público em grande parte português e essa situação estendeu-se por longos anos.

É a importância da comunidade de portugueses no Brasil que também nos leva a refletir sobre o relacionamento de Artur com ela, seja em suas tensões, como em sua peça *A fantasia* (1896), como a parceria de Artur com o caricaturista português Julião Machado em *O anno que passa* (1907).

Referências Bibliográficas

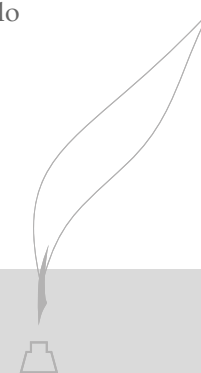
BASTOS, Souza. *Carteira do artista: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*. Lisboa: Bertrand, 1898.

FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais – o século XIX no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n], 2001.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.

LUSTOSA, Isabel. O português da anedota In: LUSTOSA, Isabel (Org). *Imprensa humor e caricatura*. Belo Horizonte: UFMG. 2011. p. 251-269.

MAGALHÃES, Raymundo. *Arthur Azevedo e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

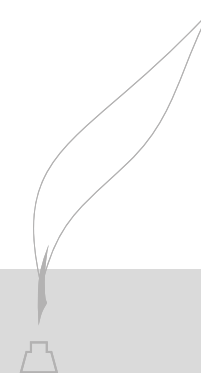


9ª Jornada de Iniciação Científica

SILVA, Lafayette. *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 1938.

SOUSA, Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

SUSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.



9ª Jornada de Iniciação Científica

Artur Azevedo, o paladino da modernidade

Bolsista

Camilla Campoi de Sobral

Curso/Instituição

História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orientador

Antonio Herculano Lopes

Projeto

O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista fluminense

Agência de financiamento

CNPq

Período

agosto 2013 a julho 2014

O presente trabalho busca compreender Artur Azevedo como homem de teatro e intelectual comprometido com uma missão civilizatória. Nisto incluem-se diversas pautas, como a defesa da reforma urbana, o fim dos cortiços, a derrubada dos barracos do morro de Santo Antônio e a pintura da fachada do Teatro São Pedro de Alcântara, que eram pautas das suas afinadas quadrinhas assinadas como *Gavroche*, em 1898. Na virada do século, Artur viu seus anseios por uma transformação do Rio de Janeiro concretizados na reforma urbana de Pereira Passos, tanto em seu caráter simbólico como na avalanche moderna que invadiu as ruas da cidade remodelada.

A partir da análise das percepções do moderno em seus escritos e de elementos presentes em algumas de suas obras para o teatro – a burleta *A Capital Federal* (1898), e as revistas de ano *Guanabarina* (1905) e *O ano que passa* (1907) –, este trabalho busca captar um olhar sobre as representações que Artur faz da agenda de reformas e da incorporação de uma acelerada modernidade ao dia a dia da cidade. A partir dessas representações, pretendo focar a análise em dois aspectos: *expectativa* e *concretude*. A expectativa centra-se nos anseios de Artur por um Rio civilizado, ainda que seja acompanhada de críticas a aspectos da modernidade, como quando caracteriza a cidade como local da perdição do homem do campo e a inabilidade deste em lidar com as suas artimanhas. Mas é o caráter de atraso e de “carrancismo” que pretende ver superado. Já a concretude busca a representação das ações reais que modificaram a urbe e suas consequências, que muitas vezes se afastam do ideal aos olhos do comediógrafo. Se a reforma



promove ganhos de civilidade, elevação de costumes e da própria modernidade, também traz novos problemas para os seus habitantes.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FARIA, João Roberto. *Idéias teatrais: o século XIX no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n], 2001.

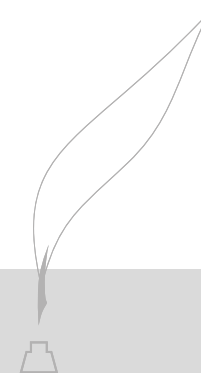
GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frederique (Orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

LOPES, Antonio Herculano; LIMA, Nísia Trindade. Memória, história e sensibilidade: notas para um debate. *Anais do XIV Encontro regional de história da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Antonio Herculano. Entre Rio e Paris, meu coração balança. In: PAISAGENS subjetivas paisagens sociais. São Paulo: Hucitec, 2012.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC, 1986.



9ª Jornada de Iniciação Científica

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frederique (Orgs.) *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

_____. Rio de Janeiro Uma cidade no Espelho (1890 – 1910) In: O IMAGINÁRIO da cidade: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2002.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro (1570-1908)*. São Paulo: Edusp, 1999.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Peripécias da modernidade: cultura urbana e idéia de nação. In: PAISAGENS subjetivas paisagens sociais. São Paulo: Hucitec, 2012.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

